

À PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO/RJ

Ref.: Pregão Eletrônico n. 90.126/2025

CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rod Monsenhor Clodoaldo de Paiva, KM 46,2, S/N, SP 147, na Cidade de Itapira-SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 44.734.671/0022-86, com inscrição estadual nº 374.076.430.117, vem por meio do seu Representante Legal abaixo assinado, *mui* respeitosamente, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO**, pelas razões de fato e de direito que abaixo expõe:

I) DA TEMPESTIVIDADE

Conforme se depreende do prazo estipulado pelo item 22.2. do Edital, o presente recurso é apresentado de maneira tempestiva.

II) DOS FATOS

Primeiramente, insta salientar que é requisito para participação em processo licitatório o preenchimento dos requisitos impostos pelo Edital.

Ou seja, as ofertas devem, obrigatoriamente, obedecer às condições estabelecidas no referido Edital.

-
- ☐ **Unidade I** – Rod. Itapira-Lindoia, Km 14 - Ponte Nova - Itapira/SP - CEP: 13974-900 - Tel./Fax: (19) 3843-9500
 - ☐ **Unidade II** – Av. Paoletti, 363 - Nova Itapira - Itapira/SP - CEP: 13974-900 - Tel./Fax: (19) 3863-9500
 - ☐ **Unidade III** – Av. Nossa Senhora da Assunção, 574 - Butantã - São Paulo/SP - CEP: 05.359-001 - Tel./Fax: (11) 3732-2250
 - ☐ **Unidade IV** - Rod. Monsenhor Clodoaldo de Paiva (SP 147) km 46,2 – Loteamento Nações Unidas – CEP: 13974-908, Itapira/SP - Tel./Fax: (19) 3813-8720
 - ☐ **Unidade Montes Claros**– Av. Osmani Barbosa, 1235 - Bairro JK - Montes Claros/ MG - CEP. 39.404-006 - Tel./Fax: (19) 98278-3231
 - ☐ **Unidade V** – Rua Tomás Sepe, 489 - Jardim da Glória - Cotia/SP - CEP: 06.711-270 - Tel./Fax: (11) 4613-5900
 - ☐ **Unidade VI** - Rua Umbu, nº 219, Salas 11,12,13,14,15 e 16, Térreo e Mezanino, Lot. Alphaville Campinas, Campinas/SP, CEP: 13.098-325/ Tel./ Fax: (19) 3790-3800
 - ☐ **Unidade VIII** – Av. das Quaresmeiras, 451- Bloco B - Distrito Industrial - Pouso Alegre/MG - CEP: 37.556-833 - Tel./Fax: (35) 3449-2620
 - ☐ **Unidade Norte-Sul** - Av. José de Souza Campos, 1358, Chácara da Barra, Campinas/ SP - CEP: 13.090-615 - Tel./Fax: (19) 3795-1100/ 3795-1111

A ora recorrente participou, na qualidade de licitante, do Pregão Eletrônico n. 90.126/2025 e, entre outros, apresentou proposta para o item 77, ou seja, **FENTANILA (CITRATO DE) 0,05mg/mL - 10 mL - FRASCO.**

Ocorre que, conforme se depreende da ata do pregão, ficaram nas primeiras posições, no tocante ao fornecimento do item em questão, as empresas MEDKA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA., DROGAFONTE LTDA., DBV COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO DO BRASIL LTDA., MULTIFARMA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA., GREEN MED DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA. e TARGET MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., com o fornecimento de produto das marcas União Química, Hipolabor e Teuto.

A ora recorrente, manifestou imediatamente a sua intenção de recorrer contra a arrematação do item supracitado, em função de a vencedora e demais concorrentes ofertarem produtos cuja embalagem difere da solicitada em edital, ou seja, **FRASCO.**

A constatação de que o produto não atende ao requerido em edital se deu pelo fato de que, ao consultar o registro dos medicamentos na ANVISA, verificou-se que a apresentação não é em **FRASCO**, mas em **AMPOLA.**

Assim, dentro do prazo fixado no edital, a recorrente vem expor as razões recursais, que ao final deverão ser providas para desclassificar as empresas supracitadas e classificar a recorrente, que ofertou medicamento de acordo com as especificidades solicitadas.

III) DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

O Edital é a lei interna da licitação, e deve ser observado pela Administração Pública e pelos licitantes.

Neste sentido, ensina-nos o nobre jurista HELY LOPES MEIRELES que:

“As propostas deverão satisfazer na forma e no conteúdo às exigências do edital, que é a norma especial da licitação e a matriz do futuro contrato”.

“A proponente há que submeter-se, irrestritamente, às cláusulas do edital e ofertar com clareza e exatidão, sob pena de invalidar a sua própria oferta.”

“A proposta que desatender o edital é inaceitável”

Nesse esteio, é evidente que o caso é de provimento ao presente recurso, para o fim de declarar desclassificadas as empresas MEDKA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA., DROGAFONTE LTDA., DBV COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO DO BRASIL LTDA., MULTIFARMA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA., GREEN MED DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA. e TARGET MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. para o fornecimento do item 77, eis que a apresentação do produto por ela oferecido não atende ao especificado no edital de licitação.

Logo, perpetuar o resultado implicaria ofender, a um só tempo, o princípio da vinculação ao edital convocatório e, mais grave ainda, o princípio da legalidade, expresso no art. 37, *caput* da CF e assim comentado pela doutrina:

“A legalidade, como princípio de administração (CF, art. 37, caput), significa que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso”. (MIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 30. Ed. São Paulo: Malheiros, 2005)”.

“O princípio da legalidade significa estar a Administração Pública, em toda a sua atividade, presa aos mandamentos da lei, deles não se podendo afastar, sob pena de invalidade do ato e responsabilidade de seu autor. Qualquer ação estatal sem o correspondente calço legal, ou que exceda ao âmbito demarcado pela lei, é injurídica e expõe-se a anulação. Seu campo de ação, como se vê, é bem menor que o do particular. (GASPARINI, Diogenes. Direito Administrativo. 6. Ed. São Paulo: Saraiva, 2001)”.

“O princípio da legalidade é certamente a diretriz básica da conduta dos agentes da Administração. Significa que toda e qualquer atividade administrativa deve ser autorizada por lei. Não o sendo, a atividade é lícita. Tal postulado, consagrado após séculos de evolução política, tem por origem mais próxima a criação do Estado de Direito, ou seja, do Estado que deve respeitar as próprias leis que edita”. (CARVALHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 22. Ed. Rio de Janeiro, 2011).”

A propósito do princípio da vinculação ao edital, vale dizer que os artigos 5 e 92, inciso II da Lei nº. 14.133/21 determinam que as regras do edital prevaleçam sobre todos, inclusive, a Administração Pública, sendo cláusula necessária em contratos administrativos.

☐ **Unidade I** – Rod. Itapira-Lindoia, Km 14 - Ponte Nova - Itapira/SP - CEP: 13974-900 - Tel./Fax: (19) 3843-9500

☐ **Unidade II** – Av. Paoletti, 363 - Nova Itapira - Itapira/SP - CEP: 13974-900 - Tel./Fax: (19) 3863-9500

☐ **Unidade III** – Av. Nossa Senhora da Assunção, 574 - Butantã - São Paulo/SP - CEP: 05.359-001 - Tel./Fax: (11) 3732-2250

☐ **Unidade IV** - Rod. Monsenhor Clodoaldo de Paiva (SP 147) km 46,2 – Loteamento Nações Unidas – CEP: 13974-908, Itapira/SP - Tel./Fax: (19) 3813-8720

☐ **Unidade Montes Claros** – Av. Osmani Barbosa, 1235 - Bairro JK - Montes Claros/ MG - CEP. 39.404-006 - Tel./Fax: (19) 98278-3231

☐ **Unidade V** – Rua Tomás Sepe, 489 - Jardim da Glória - Cotia/SP - CEP: 06.711-270 - Tel./Fax: (11) 4613-5900

☐ **Unidade VI** - Rua Umbu, nº 219, Salas 11,12,13,14,15 e 16, Térreo e Mezanino, Lot. Alphaville Campinas, Campinas/SP, CEP: 13.098-325/ Tel./ Fax: (19) 3790-3800

☐ **Unidade VIII** – Av. das Quaresmeiras, 451- Bloco B - Distrito Industrial - Pouso Alegre/MG - CEP: 37.556-833 - Tel./Fax: (35) 3449-2620

☐ **Unidade Norte-Sul** - Av. José de Souza Campos, 1358, Chácara da Barra, Campinas/ SP - CEP: 13.090-615 - Tel./Fax: (19) 3795-1100/ 3795-1111

Isso quer dizer que, uma vez publicado o edital, não deve mais a Administração promover-lhe alterações até o fim da licitação. Tudo para a garantia da moralidade, impessoalidade administrativa e da segurança jurídica. A Administração e os licitantes ficam restritos ao que lhes é solicitado ou permitido no edital.

IV) CONCLUSÃO

Ante o exposto, serve a presente para requerer que seja provido o presente recurso, para o fim de declarar desclassificadas as empresas MEDKA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA., DROGAFONTE LTDA., DBV COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO DO BRASIL LTDA., MULTIFARMA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA., GREEN MED DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA. e TARGET MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., para o fornecimento do item 77, declarando-se vencedora do certame a ora recorrente.

Protesta e requer a produção de todos os meios de prova admitidos em direito, sem exclusão, bem como que as futuras intimações se façam na pessoa do subscritor, sob pena de nulidade.

Nestes Termos,
Pede deferimento.

Itapira/SP, 01 de dezembro de 2025.

CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA.